www.misesjournal.org.br
MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics
São Paulo, 2026; 14
e-ISSN 2594-9187

TRABALHOS DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO IMB

Mirian Morais Proença[1] 0009-0003-3924-6737

Instituto Mises Brasil, São Paulo, SP, Brasil

Simone Mayara Paiva Ferreira[2] 0000-0002-7761-0742

Instituto Livre Mercado, Brasília, DF, Brasil

Cristianismo, liberdade e Escola Austríaca: uma crítica ao marxismo cultural e socialismo

[1] É contadora, pós-graduada em Escola Austríaca de Economia, com experiência nas áreas econômica e tributária. É alumni da BSSM, nos EUA, onde aprofundou sua formação teológica. mirianproena@gmail.com

[2] Trabalha com Relações Governamentais e Diplomacia Corporativa em Brasília, diretamente com a defesa de interesses diante do Congresso Nacional e no poder executivo. Além disso é advogada com especialização em Direito Internacional, em Direito Constitucional e mestrado em Direito Constitucional e Teoria Política. simonempf@gmail.com

Recebido: 06 fev 2026 | Aprovado: 21 out 2026 | Publicado: 16 nov 2026

https://doi.org/10.30800/mises.2026.v14.1685

Resumo: O artigo analisa criticamente o socialismo e o marxismo cultural à luz da Escola Austríaca de Economia e da cosmovisão cristã, examinando seus impactos na educação, na família, na cultura e na liberdade individual. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter analítico-crítico. A análise destaca a liberdade individual, a propriedade privada, a dignidade humana, a responsabilidade individual e a autonomia familiar como pilares da sociedade ocidental. Examina também a influência dessas ideologias coletivistas na formação educacional e cultural. Conclui-se que a integração entre os princípios da Escola Austríaca e os valores cristãos oferece fundamentos éticos para a defesa da liberdade, do pensamento crítico, da família e da responsabilidade individual.

Palavras-chave: Cristianismo, Liberdade, Marxismo cultural, Família, Educação.

Christianity, Liberty, and the Austrian School: A Critique of Cultural Marxism and Socialism

Abstract: The article critically examines socialism and cultural Marxism through the lens of the Austrian School of Economics and the Christian worldview, exploring their impacts on education, family, culture, and individual freedom. This study is based on bibliographic and documentary research, employing a qualitative approach and an analytical-critical perspective. The analysis highlights individual freedom, private property, human dignity, individual responsibility, and family autonomy as pillars of Western society. It also examines the influence of these collectivist ideologies on educational and cultural development. The study concludes that the integration of the principles of the Austrian School and Christian values provides an ethical foundation for defending freedom, critical thinking, family, and individual responsibility.

Keywords: Christianity, Liberty, Cultural Marxism, Family, Education.

Cristianismo, libertad y Escuela Austriaca: una crítica al marxismo cultural y al socialismo

Resumen: El artículo analiza críticamente el socialismo y el marxismo cultural a la luz de la Escuela Austríaca de Economía y de la cosmovisión cristiana, examinando sus impactos en la educación, la familia, la cultura y la libertad individual. Se trata de una investigación bibliográfica y documental, con un enfoque cualitativo y de carácter analítico-crítico. El análisis destaca la libertad individual, la propiedad privada, la dignidad humana, la responsabilidad individual y la autonomía familiar como pilares de la sociedad occidental. También examina la influencia de estas ideologías colectivistas en la formación educativa y cultural. Se concluye que la integración de los principios de la Escuela Austríaca y los valores cristianos ofrece fundamentos éticos para la defensa de la libertad, el pensamiento crítico, la familia y la responsabilidad individual.

Palabras clave: Cristianismo, Libertad, Marxismo cultural, Familia, Educación.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem sido marcada por uma tensão crescente entre os princípios fundamentais da civilização ocidental — como a liberdade individual, a família e a moral cristã — e a expansão de ideologias coletivistas que buscam minar essas bases. No Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma intensificação de movimentos político-educacionais influenciados pelo marxismo, agora em sua vertente cultural e progressista, com presença significativa em escolas, universidades, meios de comunicação e estruturas estatais. Essas correntes, originadas da obra de Karl Marx e aprofundadas por pensadores posteriores como Antonio Gramsci e os membros da Escola de Frankfurt, enfatizam a luta de classes, a negação da propriedade privada, o enfraquecimento das instituições tradicionais — em especial a família e a religião — e a imposição de uma moral relativista. Ao contextualizar o debate contemporâneo, evidencia-se o confronto entre a cosmovisão cristã que reconhece o indivíduo como portador de dignidade intrínseca, criado à imagem de Deus, e marxismo cultural que o reduz a mero produto das estruturas sociais e econômicas, subordinando-o ao coletivo em detrimento da pessoa. Tal perspectiva molda gerações sob um viés antitético à visão cristã de mundo, promovendo uma engenharia social que subverte valores fundamentais da liberdade, da educação orientada para princípios éticos universais e da responsabilidade individual.

Em contraposição, a Escola Austríaca de Economia, representada por pensadores como Carl Menger, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Murray Rothbard, apresenta uma defesa consistente da liberdade individual, da propriedade privada, da associação voluntária e da limitação do poder estatal. Embora suas contribuições ao pensamento econômico e político liberal sejam amplamente reconhecidas, seu diálogo com a cosmovisão cristã, sobretudo no que diz respeito à dignidade humana, à responsabilidade moral e ao papel estruturante da família e da educação, permanece ainda pouco explorado na academia brasileira.

Este estudo propõe, portanto, investigar como os princípios da Escola Austríaca podem ser articulados ao cristianismo. O artigo está organizado em seções que abordam, inicialmente, o referencial teórico, contemplando os fundamentos do cristianismo, do marxismo, do socialismo e da Escola Austríaca, bem como suas diferentes concepções de indivíduo, sociedade e liberdade. Em seguida, apresenta-se a metodologia adotada na investigação, caracterizada pela pesquisa bibliográfica e pela abordagem qualitativa e analítico-crítica. Na seção de resultados e discussões, são examinadas as relações e divergências entre as perspectivas estudadas, com ênfase nas questões culturais, educacionais e familiares. Posteriormente, são apresentadas as implicações práticas e teóricas da pesquisa, destacando as contribuições do diálogo entre cristianismo e liberdade para a educação, a formação moral e a organização de uma sociedade livre. Por fim, as considerações finais retomam o problema e os objeti-

vos propostos, sintetizando as principais conclusões e a contribuição do estudo para a reflexão sobre fé, liberdade e sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico fundamenta-se na análise das perspectivas de pensamento: da Escola Austríaca de Economia, do marxismo cultural, do socialismo e da cosmovisão cristã. Essas correntes apresentam diferentes interpretações sobre a organização da sociedade, liberdade individual, propriedade privada, família, educação e o papel do Estado.

2.1 Fundamentos da Escola Austríaca de Economia

A Escola Austríaca de Economia fundamenta-se em princípios como liberdade individual, propriedade privada, ordem espontânea, iniciativa privada e limitação do papel do Estado. Tais conceitos oferecem sustentação teórica para a compreensão de como a sociedade pode prosperar quando a autonomia do indivíduo e da família é respeitada, reconhecendo-os como núcleos essenciais da organização social. Entre seus principais expoentes, destaca-se Ludwig von Mises, para quem a liberdade econômica e a propriedade privada constituem condições indispensáveis para a existência de uma ordem social livre e próspera, uma vez que somente em um ambiente de mercado livre é possível a coordenação eficiente das ações individuais. Friedrich Hayek, por sua vez, adverte sobre os riscos da engenharia social e da centralização do poder, enfatizando que tentativas de padronização cultural e moral comprometem a pluralidade, a liberdade de pensamento e a autonomia das estruturas sociais naturais, especialmente a família. Murray Rothbard contribui ao integrar os fundamentos da ética libertária à análise econômica, ressaltando a responsabilidade individual como eixo moral e o respeito irrestrito à propriedade privada como condição essencial para uma concepção autêntica de justiça social. Israel M. Kirzner, em *Discovery and the Capitalist Process* (1985), aprofunda o papel do empreendedor no mercado dinâmico, demonstrando que o processo de descoberta espontânea é elemento central para a inovação, o progresso econômico e o florescimento social, ao passo que sistemas centralizados, como o socialismo, tendem a restringir tais funções ao suprimir a liberdade de iniciativa. Já Frédéric Bastiat, em A Lei (1850/2010), sustenta que a função legítima do Estado deve restringir-se à proteção da vida, da liberdade e da propriedade, criticando severamente qualquer forma de intervenção que vise à redistribuição compulsória de riquezas ou à imposição de uma vontade coletiva sobre o indivíduo. O autor evidencia, ainda, os efeitos nocivos do controle estatal excessivo sobre a família, a educação e os valores éticos, reforçando a primazia da liberdade individual e da responsabilidade moral. Dessa forma, a Escola Austríaca de Economia oferece sólida base teórica para a defesa da autonomia familiar, da educação livre e da liberdade individual, posicionando-se de maneira crítica frente às propostas coletivistas do socia-

lismo e do marxismo cultural, ao demonstrar que a centralização do poder compromete não apenas a ordem econômica, mas também os fundamentos morais que sustentam uma sociedade verdadeiramente livre.

2.2 Fundamentos do marxismo e do socialismo

Os conceitos centrais do marxismo cultural e do socialismo incluem centralização estatal, luta de classes, hegemonia cultural, pedagogia transformadora, relativização moral e crítica às instituições tradicionais, especialmente à família e à religião. Essas ideias têm exercido significativa influência sobre a educação, a cultura e diversas instituições ao redor do mundo, incluindo o Brasil, promovendo transformações profundas nos valores sociais e na organização moral da sociedade contemporânea. Entre os principais autores e correntes teóricas associados a essas ideologias, destaca-se Karl Marx, em O *Capital*, no qual desenvolve uma análise econômica fundamentada na luta de classes, interpretando a propriedade privada e a família como instrumento de dominação e opressão. Friedrich Engels, em A *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2006, 2010), examina a constituição da família, da propriedade privada e do Estado sob a ótica marxista, argumentando que tais instituições emergem diretamente da organização econômica e das relações de produção. O autor critica a família patriarcal, a moral tradicional e as estruturas sociais históricas, classificando-as como mecanismos de reprodução da desigualdade social. Antonio Gramsci contribui ao desenvolver o conceito de hegemonia cultural, demonstrando como as ideias dominantes atuam na formação da consciência coletiva e na manutenção do controle ideológico, deslocando o centro da revolução do campo econômico para o plano cultural. Complementarmente, a Escola de Frankfurt promove uma crítica sistemática à cultura ocidental, à moral tradicional e às estruturas clássicas de autoridade, enfatizando os mecanismos simbólicos e subjetivos de dominação presentes na sociedade capitalista. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, propõe uma pedagogia crítica voltada à transformação social e ideológica por meio da educação, cuja influência é notória no sistema educacional brasileiro. Sua abordagem pedagógica busca reconfigurar as estruturas tradicionais de ensino, priorizando a conscientização política e a leitura crítica da realidade como instrumentos de emancipação. No plano prático, essas ideologias têm moldado políticas educacionais, discursos culturais e práticas institucionais no Brasil, contribuindo para a relativização de valores morais, a fragilização da estrutura familiar e a reconfiguração da formação ética das novas gerações, evidenciando impactos sociais, culturais e morais significativos.

2.3 Fundamentos da cosmovisão cristã e seus valores éticos

A cosmovisão cristã fundamenta-se em princípios como a dignidade intrínseca da pessoa humana, a liberdade, a responsabilidade moral diante de Deus e a centralidade da família monogâmica como núcleo primário de formação da identidade, do

caráter e da vida social. Cada ser humano é compreendido como único, dotado de consciência, vontade própria e singularidade, sendo criado à imagem e semelhança de Deus, o que confere fundamento objetivo à sua dignidade e valor. À luz das Escrituras Sagradas, o homem é apresentado como líder e sacerdote do lar, incumbido de proteger, cuidar e amar sua família de forma sacrificial, seguindo o modelo de Cristo, que se entregou por sua Igreja (*Bíblia Sagrada*, 1993, Ef 5:22-33). A mulher, por sua vez, é compreendida como auxiliadora idônea, exercendo papel essencial na edificação e nutrição da família. Tal distinção não implica inferioridade, mas expressa uma complementaridade ordenada, na qual homem e mulher desempenham funções distintas tanto biológica quanto espiritual, dentro de uma estrutura familiar hierarquicamente organizada. A submissão feminina, nesse contexto, refere-se à missão compartilhada no interior da família, sob a liderança do esposo, e não à negação de sua dignidade ou valor. Essa compreensão está ancorada em valores tradicionais e verdades consideradas perenes, que constituíram o alicerce ético e moral da civilização ocidental, influenciando suas instituições políticas, jurídicas e educacionais ao longo da história (Dawson, 2016). Entre os principais autores cristãos que contribuem para essa reflexão, destaca-se John Calvin, que enfatiza a soberania de Deus e a responsabilidade moral do indivíduo, compreendendo a liberdade não como autonomia absoluta, mas como exercício consciente submetido à vontade divina (Calvino, 1536/2006). Abraham Kuyper, em *Calvinismo* (1898/2014), aprofunda essa perspectiva ao defender que a cosmovisão cristã deve permear todas as esferas da vida — família, educação, cultura e política —, rejeitando a ideia de uma separação absoluta entre fé e vida pública. Para Kuyper, cada esfera possui autonomia relativa, mas todas devem submeter-se aos princípios da soberania de Deus. R. C. Sproul reforça a centralidade da moral cristã e a noção de liberdade responsável, afirmando que a ética cristã deve ser orientada pela santidade divina como referência objetiva para a vida pessoal e social (Sproul, 1986/2021). Francis Schaeffer, em *Como Viveremos?* (2001), alerta para os riscos da secularização e da relativização moral, que, segundo o autor, comprometem a família, a educação e a própria noção de verdade, defendendo o engajamento ativo dos cristãos nas esferas culturais e políticas como resposta ao avanço de ideologias antagônicas à fé cristã. Nesse contexto, a narrativa do marxismo cultural propõe a exclusão do cristianismo das escolas, cultura e da política sob o argumento de neutralidade ideológica, o que, na prática, favorece a ocupação desses espaços por outras cosmovisões e sistemas éticos concorrentes. Tal afastamento contribui para a marginalização do pensamento cristão e facilita a disseminação de ideologias secularizantes nas estruturas formadoras da sociedade. A própria história demonstra o potencial transformador do cristianismo na vida social. John Calvin, ao atuar em Genebra, promoveu profundas reformas morais, educacionais e institucionais, contribuindo para a reorganização social e para o desenvolvimento cultural e econômico da cidade, evidenciando a capacidade do cristianismo de influenciar positivamente a ordem social (McGrath, 2007). Eric Voegelin, em *As Religiões Políticas* (1938/2002), argumenta que o Estado moderno tende a assumir funções tipicamente religiosas, transforman-

do-se em uma "religião secular", especialmente por meio do controle educacional, favorecendo a doutrinação ideológica e enfraquecendo a autoridade familiar e o pensamento crítico. Tal processo compromete a liberdade individual e a responsabilidade moral, valores que igualmente estruturam a tradição cristã. Christopher Dawson, em *A Criação do Ocidente* (2016), demonstra que a fé cristã foi decisiva para a formação da civilização ocidental, consolidando a família, a educação e a cultura como pilares estruturantes da sociedade, evidenciando a relação intrínseca entre religião, ordem moral e desenvolvimento social. Nesse sentido, a cosmovisão cristã, ao valorizar a liberdade individual, a responsabilidade moral, a propriedade privada e a autonomia da família, estabelece um sólido alicerce ético capaz de resistir às influências do socialismo e do marxismo cultural. Quando articulada aos princípios da Escola Austríaca, reforça uma concepção de liberdade que reconhece simultaneamente a dignidade humana, os limites morais e a necessidade de uma ordem social fundamentada em responsabilidade, verdade e justiça.

2.4 Concepções da família, sociedade e liberdade: aproximações e divergências

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite identificar convergências essenciais entre a Escola Austríaca de Economia e a cosmovisão cristã, especialmente na defesa da liberdade, da dignidade humana e da responsabilidade moral. Ambos os referenciais teóricos reconhecem que o ser humano, dotado de razão e vontade, é agente de transformação social e moral — princípio oposto ao determinismo econômico e cultural proposto pelas doutrinas marxistas.

No campo familiar, constatou-se que as ideologias coletivistas promovem a desestruturação da família monogâmica, corroendo a transmissão intergeracional de valores éticos e enfraquecendo a coesão comunitária.

No campo social, observa-se que o marxismo cultural redefine normas sociais e valores, deslocando o indivíduo do centro da experiência moral e promovendo antagonismos estruturais, como os conflitos de gênero e raça.

No campo da liberdade individual, o socialismo e o marxismo cultural, ao promoverem a abolição da propriedade privada, centralização do poder e a relativização dos valores morais e religiosos, minam as bases éticas da civilização ocidental. Essa tendência não se manifesta apenas na esfera econômica, mas sobretudo nas dimensões educacional e cultural, onde se observa a tentativa de reconstruir o indivíduo à imagem do Estado e não segundo os princípios da liberdade e da verdade. A Escola Austríaca, representada por autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Murray Rothbard, oferece uma resposta racional e científica à planificação estatal, sustentando que apenas uma sociedade livre, fundada na propriedade privada e na cooperação voluntária, pode gerar prosperidade e ordem social. Em diálogo com a cosmovisão cristã, em autores como Abraham Kuyper, R. C. Sproul e Francis Schaeffer, oferece o fundamento ético e espiritual para essa liberdade, ao afirmar que toda auto-

ridade e responsabilidade derivam de Deus, e não do Estado. Esses princípios reforçam a importância da autonomia familiar, da educação ética e do desenvolvimento moral do indivíduo, constituindo uma resposta coerente ao avanço das ideologias coletivistas.

Dessa forma, as evidências teóricas e documentais apontam para a necessidade de um diálogo contínuo entre economia e teologia, capaz de reconstruir a visão de sociedade a partir da centralidade da pessoa, da família e da moral. A combinação entre racionalidade econômica e valores cristãos constitui um antídoto contra o avanço das ideologias coletivistas e uma proposta de restauração cultural baseada na liberdade, na verdade e na dignidade humana.

2.5 Educação e cultura como instituições formadoras da sociedade

Bill Bright, fundador da organização Cruzada para Cristo, e Loren Cunningham, fundador da Youth With A Mission (YWAM), propõem a existência de sete esferas de influência que moldam a cosmovisão, os valores e a cultura de uma sociedade, sendo elas: família, igreja, educação, meios de comunicação, governo e política, artes (incluindo esportes e bem-estar) e comércio, abrangendo ciência e tecnologia. Segundo essa perspectiva, o domínio ideológico dessas esferas determina não apenas os comportamentos sociais, mas também os referenciais morais que estruturam a vida coletiva. No contexto contemporâneo, observa-se que tais esferas tornaram-se campo de disputa entre a cosmovisão cristã e as propostas do marxismo cultural e socialismo, os quais buscam redefinir padrões morais, antropológicos e educacionais.

Na esfera da educação, o marxismo cultural exerce influência significativa, especialmente por meio da pedagogia crítica de Paulo Freire, que propõe a educação como instrumento de transformação social e ideológica (Freire, 1968/2011). As políticas educacionais, ao incorporarem pedagogias de base marxista, reforçam a relativização moral e a doutrinação ideológica, impactando diretamente a função educativa da família e a formação ética das novas gerações (Freire, 1968/2011; Kuyper, 1898/2014; Schaeffer, 2001; Sproul, 1985). Friedrich Hayek alerta para os riscos da padronização do pensamento e da engenharia social promovidas por sistemas centralizados, defendendo uma educação livre, plural e orientada ao pensamento crítico (Hayek, 1944/2010). Olavo de Carvalho (2013) argumenta que o marxismo cultural visa moldar consciências por meio da homogeneização ideológica, promovendo o enfraquecimento da autonomia intelectual. Mark R. Levin (2022) complementa essa análise ao demonstrar como instituições educacionais têm sido utilizadas para substituir valores tradicionais por narrativas coletivistas, corroendo progressivamente o pensamento crítico. Eric Voegelin reforça que a imposição ideológica na educação compromete a formação moral ao substituir a busca pela verdade por construções ideológicas artificiais (Voegelin, 1952/1982). Na esfera da família, a desestruturação promovida pelo marxismo cultural é analisada por autores cristãos como R. C. Sproul e Fran-

cis Schaeffer, que ressaltam seu papel como núcleo primário de transmissão de valores éticos, identidade moral e estabilidade social (Schaeffer, 2001; Sproul, 1986/2021). Ludwig von Mises contribui sob uma perspectiva econômica ao destacar que a propriedade privada e a autonomia familiar são pilares indispensáveis para a ordem social livre (Mises, 1949/2010). Levin (2022) evidencia que políticas pautadas em ideologias socialistas enfraquecem progressivamente a autoridade parental e a formação moral das novas gerações.

Na esfera da cultura, a transformação ideológica é analisada a partir do conceito de hegemonia cultural desenvolvido por Antonio Gramsci, que explica como ideias dominantes passam a moldar a consciência social e os valores coletivos. Em diálogo crítico, Francis Schaeffer aponta que a cultura contemporânea tem sido progressivamente afastada de fundamentos transcendentais, substituindo a verdade moral por relativismo ético (Schaeffer, 2001). Olavo de Carvalho (2013) e Levin (2022) reforçam que a cultura é frequentemente instrumentalizada por agendas coletivistas que enfraquecem instituições tradicionais e reconfiguram valores históricos. Voegelin (1952/1982) demonstra que tais processos decorrem de uma ruptura filosófica com a ordem moral transcendente, resultando na distorção da realidade social e na erosão da liberdade individual. Dessa forma, evidencia-se que as sete esferas de influência constituem não apenas ambientes de organização social, mas verdadeiros campos de batalha ideológica, nos quais se confrontam visões antagônicas de homem, liberdade, moralidade e ordem social. A cosmovisão cristã, ao defender a dignidade humana, a verdade objetiva e a autonomia das instituições naturais, apresenta-se como contraponto às propostas coletivistas que buscam redefinir a estrutura ética e cultural da sociedade.

2.6 Plano Nacional de Educação

A análise do 5º Ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) indica que, até 2024, o Brasil alcançou aproximadamente 76,6% das metas e 63,7% das ações previstas (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2024). Esses dados refletem avanços quantitativos no acesso à educação, na expansão de matrículas e na cobertura de programas educativos. Entretanto, quando comparados com a análise teórica sobre a influência ideológica na educação, fica evidente que indicadores de execução não garantem neutralidade pedagógica ou moral, tampouco asseguram a promoção de uma educação livre, crítica e ética. A presença de pedagogias de base marxista, como as propostas por Paulo Freire (1968/2011), evidencia uma orientação educacional que prioriza a transformação social e política através da escola. Embora defendida como emancipatória, essa abordagem tende a relativizar valores éticos, impor uma narrativa coletiva e orientar os estudantes segundo padrões ideológicos específicos, contrastando diretamente com os princípios da cosmovisão cristã — dignidade humana, liberdade de consciência e centralidade da família — e com os fundamentos da Escola Austríaca de Economia,

como liberdade individual, propriedade privada e responsabilidade pessoal (Hayek, 1944/2010; Mises, 1949/2010; Rothbard, 1962/2013). O PNE, regulamentado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), estabelece, em seu art. 2º, que o plano deve observar, entre outros princípios, o respeito à diversidade cultural, à liberdade de ensino e à formação ética e cidadã dos alunos. Entretanto, a aplicação prática das metas frequentemente se mostra vulnerável à uniformização ideológica, uma vez que programas e conteúdos podem privilegiar determinadas visões políticas, culturais ou sociais, deixando em segundo plano a formação moral integral dos estudantes. Autores críticos como Olavo de Carvalho (2013) e Mark R. Levin (2021/2022) reforçam que o marxismo cultural na educação busca moldar gerações com uma visão ideológica homogênea, utilizando escolas e universidades como instrumentos de doutrinação, enfraquecendo a autonomia moral e intelectual do indivíduo. Essa análise converge com as observações de Eric Voegelin (1952/1982, 1938/2002), que demonstram como o Estado ou a estrutura educacional pode funcionar como uma "religião secular", substituindo princípios éticos permanentes por doutrinas transitórias. Em contraste, a perspectiva da Escola Austríaca de Economia, integrada à cosmovisão cristã, defende que a educação deve promover pensamento crítico, responsabilidade individual e liberdade de escolha, respeitando a autoridade moral da família e valores universais. Essa abordagem evidencia que, mesmo diante de políticas amplas e metas aparentemente neutras do PNE, a qualidade ética e moral da educação depende da autonomia pedagógica e da liberdade de formação, garantindo que o ensino não seja instrumentalizado para fins ideológicos, mas sim orientado ao desenvolvimento integral do indivíduo. Portanto, a interpretação crítica dos dados do PNE, à luz das teorias austríacas e da cosmovisão cristã, demonstra que avanços quantitativos na educação não são suficientes para assegurar a liberdade, a moralidade e a integridade cultural da sociedade, reforçando a necessidade de políticas educativas que combinem excelência acadêmica, ética e respeito à diversidade de valores, resistindo à imposição de doutrinas ideológicas.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter teórico e documental, com abordagem qualitativa, e tem como objetivo analisar criticamente o socialismo e o marxismo cultural à luz da Escola Austríaca de Economia e da cosmovisão cristã, com ênfase nos impactos sobre a família, a educação e a cultura.

3.1 Procedimentos de coleta e obtenção dos dados

Para alcançar os objetivos propostos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- Revisão bibliográfica: análise de obras de autores da Escola Austríaca de Economia, como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard, Israel Kirzner e Frédéric Bastiat, bem como de teólogos e pensadores cristãos, incluindo João Calvino, Abraham Kuyper, R. C. Sproul, Francis Schaeffer e Christopher Dawson. Também são consideradas obras de autores socialistas e marxistas, como Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci e Paulo Freire, bem como de críticos do socialismo e do marxismo cultural, como Eric Voegelin, Olavo de Carvalho e Mark R. Levin.
- Pesquisa documental: exame de textos acadêmicos, livros, artigos e documentos que tratam da influência do socialismo e do marxismo cultural sobre a educação, a cultura e a família, com especial atenção ao contexto brasileiro contemporâneo.
- Análise crítica e comparativa: integração de conceitos econômicos, culturais e teológicos, buscando identificar convergências e divergências entre os fundamentos da Escola Austríaca de Economia e os princípios da cosmovisão cristã diante das ideologias socialistas.

3.2 Delimitação do objeto e das categorias de análise

A análise será organizada em três dimensões principais:

- Dimensão econômica: examina a liberdade individual, a propriedade privada e o papel do Estado, segundo os fundamentos da Escola Austríaca;
- Dimensão cultural e educacional: analisa os impactos do marxismo cultural sobre a educação, a cultura e a formação moral, com ênfase no papel da família como núcleo formador de valores.
- Dimensão teológica e antropológica: investiga o conflito entre os valores socialistas e os princípios cristãos de dignidade humana, liberdade e responsabilidade moral.

3.3 Justificativa da escolha metodológica

A adoção de uma abordagem teórica e documental justifica-se pela necessidade de compreender, de forma integrada, os fundamentos ideológicos, éticos e culturais do socialismo e do marxismo cultural. Essa abordagem permite avaliar seus efeitos sobre a sociedade e propor caminhos para a preservação da liberdade, da propriedade privada, da moralidade e da autonomia familiar — princípios fundamentais tanto do cristianismo quanto da Escola Austríaca de Economia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa evidenciou que apesar da mudança terminológica e novas denominações — como a substituição do termo "socialismo" por "progressismo" —, mantêm estratégias ideológicas promovendo centralização do poder, relativização moral, doutrinação ideológica e supressão da liberdade individual (Levin, 2021/2022; Marx & Engels, 1848/2010; Voegelin, 1952/1982). O socialismo e o marxismo cultural atuam de forma consistente na sociedade contemporânea, influenciando diretamente na educação, na cultura e na estrutura familiar. A análise dos dados, articulada à teoria austríaca e à cosmovisão cristã, evidenciou que:

1. A Escola Austríaca de Economia, representada por Mises, Hayek, Rothbard e Kirzner, fornece fundamentos sólidos de liberdade econômica, propriedade privada e iniciativa individual, contrariando a uniformização ideológica e a centralização estatal defendida pelo socialismo (Bastiat, 1850/2010);
2. A cosmovisão cristã, fundamentada especialmente nos princípios e ensinamentos bíblicos e nas contribuições de autores como Kuyper (1898/2014), Sproul (1985) e Schaeffer (2001), oferece base ética e moral para a defesa da liberdade, da dignidade humana e da centralidade da família, elementos essenciais para a preservação da civilização ocidental;
3. A combinação entre os princípios da Escola Austríaca e os valores da cosmovisão cristã constitui uma base teórico-prática consistente para compreender, criticar e resistir às influências coletivistas na sociedade contemporânea. Portanto, a integração entre Escola Austríaca e Cristianismo revela-se como um antídoto intelectual e moral frente ao avanço do socialismo e do marxismo cultural, propondo uma restauração ética, educacional e cultural, fundamentada na liberdade, na verdade e na dignidade humana.

5. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

A pesquisa evidencia que a análise econômica isolada, embora relevante, apresenta limitações para compreender plenamente os efeitos socioculturais das ideologias coletivistas. A integração com a cosmovisão cristã amplia o alcance da investigação, permitindo:

1. Compreender os fundamentos éticos da propriedade privada e da família a partir de uma perspectiva cristã, reconhecendo sua importância para a coesão social e a dignidade humana;
2. Reconhecer a centralidade moral do indivíduo, considerando-o como agente singular dotado de escolhas, valores, comportamentos e vontade própria;
3. Avaliar a necessidade de proteger princípios éticos e valores transcendentais como alicerces da sociedade ocidental, garantindo liberdade, responsabilidade e desenvolvimento moral.

4. Políticas e currículos escolares que respeitem a neutralidade ideológica, promovendo o pensamento crítico, a autonomia intelectual e a responsabilidade individual, alinhados à formação ética e moral dos estudantes.
5. Estratégias voltadas ao fortalecimento, preservação e autonomia da unidade familiar, bem como à transmissão intergeracional de valores éticos, de modo a resistir à desestruturação promovida por ideologias coletivistas.
6. Promoção da liberdade de expressão, do respeito à propriedade privada e da responsabilidade pessoal essenciais para a preservação da civilização ocidental, constituindo uma barreira efetiva contra agendas ideológicas que buscam uniformização e controle social.

Essa abordagem multidimensional contribui significativamente para o debate acadêmico, oferecendo um marco teórico sólido para compreender a interação entre economia, moralidade e princípios éticos, fortalecendo a análise crítica sobre os impactos das ideologias coletivistas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do artigo foi analisar criticamente o socialismo e o marxismo cultural à luz da Escola Austríaca de Economia e da cosmovisão cristã, considerando os impactos na educação, na família, na sociedade e cultura, evidenciando como o marxismo tem contribuído para o enfraquecimento da liberdade. A investigação demonstrou que, embora o socialismo e suas vertentes atuais tenham reformulado estratégias e terminologias — adotando expressões como “progressismo” e ampliando sua atuação no campo cultural e educacional —, sua essência coletivista permanece impactando valores centrais da civilização ocidental.

As análises realizadas evidenciam que a Escola Austríaca de Economia oferece uma fundamentação racional e científica para a defesa da liberdade individual, da propriedade privada e da responsabilidade pessoal, contrapondo-se à centralização estatal e à uniformização cultural promovidas pelas propostas socialistas. Concomitantemente, a cosmovisão cristã fornece a base ética e moral necessária à sustentação dessas liberdades, enfatizando a dignidade humana, a responsabilidade moral, o pensamento crítico, a autonomia familiar e a educação ética como pilares estruturantes da sociedade.

Observou-se, ainda, que o marxismo cultural exerce influência significativa sobre a educação, por meio de pedagogias ideológicas, e sobre a cultura, ao redefinir normas e valores, promovendo a relativização moral e a fragmentação social. No âmbito familiar, a imposição ideológica compromete a estrutura tradicional e monogâmica, enfraquecendo a transmissão intergeracional de virtudes e a autonomia das famílias. Em contraposição, a integração entre os princípios austríacos e a cosmovisão

cristã constitui uma resistência consistente a essas influências, defendendo a liberdade de pensamento, a autonomia familiar e a preservação dos valores éticos.

REFERÊNCIAS

Bastiat, F. (2010). *A lei* (J. A. Schmitt, Trad.). Instituto Ludwig von Mises Brasil. (Obra original publicada em 1850)

Bíblia Sagrada (J. F. de Almeida, Trad.; 2. ed. revista e atualizada). (1993). Sociedade Bíblica do Brasil.

Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União.

Calvino, J. (2006). *As institutas da religião cristã* (Vol. 1). Cultura Cristã. (Obra original publicada em 1536)

Carvalho, O. de. (2013). *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2. ed.). Record.

Dawson, C. (2016). *Criação do Ocidente: A religião e a civilização medieval* (M. G. Righi, Trad.). É Realizações.

Engels, F. (2006). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Martins Fontes.

Engels, F. (2010). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Boitempo.

Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido* (50. ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1968)

Hayek, F. A. (2010). *O caminho da servidão*. Instituto Ludwig von Mises Brasil. (Obra original publicada em 1944)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2024). *Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento do PNE 2014-2024*.

Kirzner, I. M. (1985). *Discovery and the capitalist process*. University of Chicago Press.

Kuyper, A. (2014). *Calvinismo* (M. Albuquerque, Trad.). Monergismo. (Obra original publicada em 1898)

Levin, M. R. (2022). *O marxismo americano: Como a esquerda está destruindo os EUA por dentro*. Alêtheia. (Obra original publicada em 2021)

Marx, K., & Engels, F. (2010). *Manifesto do Partido Comunista*. Boitempo. (Obra original publicada em 1848)

McGrath, A. (2007). *A vida de João Calvino*. Cultura Cristã.

Mises, L. von. (2010). *Ação humana: Um tratado de economia* (1. ed. brasileira). Instituto Ludwig von Mises Brasil. (Obra original publicada em 1949)

Rothbard, M. N. (2013). *Homem, economia e estado*. Instituto Rothbard Brasil. (Obra original publicada em 1962)

Schaeffer, F. A. (2001). *Como viveremos?* Cultura Cristã.

Sproul, R. C. (1985). *The holiness of God*. Tyndale House Publishers.

Sproul, R. C. (2021). *Faça diferença: O impacto do cristão na cultura e na sociedade*. Vida Nova. (Obra original publicada em 1986)

Voegelin, E. (1982). *A nova ciência da política* (J. Viegas Filho, Trad.). Editora Universidade de Brasília. (Obra original publicada em 1952)

Voegelin, E. (2002). *As religiões políticas* (T. M. da Silva, Trad.). Vega. (Obra original publicada em 1938)